

GESTÃO ESCOLAR E TRABALHO DOCENTE: PRÁTICAS E DIREITOS QUE SE ENTRECruzAM

Maria da Salete Barboza de Farias (UFPB)

runasluz@gmail.com

Resumo: O estudo reflete acerca do processo de precarização e os seus desdobramentos nas condições de trabalho dos docentes e na qualidade da gestão escolar. Aqui adquire visibilidade a questão dos direitos humanos como expressão de um despertar de consciência, para encontrar na gestão da educação o resgate do direito à igualdade como afirmação dos direitos sociais e realização da existência. Nossas buscas revelaram o importante papel da gestão escolar como prática educativa que, ao se entrecruzar com os direitos sociais básicos, dinamize a participação, o respeito à diversidade e ao existir cidadão.

Palavras-chave: Globalização. Gestão. Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A realidade atual que tem no processo de globalização um dos fenômenos mais marcantes vem deixando evidente suas reverberações, cujos efeitos se fazem sentir em todas as dimensões. As transformações econômicas vêm sendo anunciadas como as mais emblemáticas pela multiplicidade de aspectos que ela vem trazendo em seu bojo – da reestruturação produtiva ao desmonte do trabalho nas suas múltiplas (dês) figurações/formatações. Como consequência maior o desmonte das subjetividades pela desqualificação dos sujeitos no que o processo tem gestado de contínuos estranhamentos e aviltações, através de uma miríade de ocupações sem proteção social e pulverizada em suas demandas. As decorrências extravasam deste espaço para os espaços sociais em seus reflexos caleidoscópicos – a precarização das condições de vida e de trabalho, das cidades e de seus habitantes pelo crescer da pobreza, da miséria, dos medos em resposta ao rolo compressor das manifestações de violência urbana. Outros desdobramentos também se fazem sentir nos espaços públicos, pelo encolhimento/destruição dos serviços da educação, saúde, cultura, dimensões fundamentais na reprodução e formação dos sujeitos. Chama a atenção o que vem sendo debilitado do espaço público – através da atomização das lutas, da desmoralização ou indiferença pelas expressões coletivas no buscar de saídas que transforme o rumo das situações postas/impostas responsáveis pela condição de subcidadania em que vive amplos seguimentos da sociedade. Daí a importância dos conselhos, dos espaços públicos de democratização, participação e da gestão. A educação e a sua gestão, aqui

têm papel de destaque no sentido de possibilitar a formação dos sujeitos não só em seus espaços acadêmicos mais também nos espaços públicos em que eles entram em interlocução, gestão, participação e controle. Esta formação deverá qualificar a participação no melhor conhecimento da realidade e de seus problemas e para o resgate do direito à igualdade como afirmação dos direitos sociais e realização da existência

O tema que pretendemos aprofundar se enquadra nesta perspectiva. A educação e a gestão voltadas para formar o sujeito para entrar em interlocução com a realidade, numa visão conhecedora e transformadora dos seus direitos. A dinâmica da realidade em seu avançar contraditório, vem fornecendo elementos para se zelar cada vez mais por esta coresponsibilização da educação na perspectiva de dialogicidade do sujeito com o seu meio. Nos últimos anos tem-se presenciado lutas reivindicativas e experiências na perspectiva do resgate do que podemos denominar de cultura dos direitos. Aqui se situa o eixo de nosso interesse: procurar apreender o novo no redimensionar a educação no que ela hoje mais do que nunca exige: construção e apreensão de valores éticos, cuja gestão escolar e condições de trabalho se entrecruzem para as demandas educativas e culturais como direitos fundantes que, na atual conjuntura “montada” nesses últimos longos anos sob a batuta do neoliberalismo, se contradizem. Neste contexto, ganha visibilidade a educação para os direitos humanos como expressão de um despertar de consciência para a consolidação de práticas sócio-política, particularmente, que se capilarizem no assegurar o direito à igualdade de condições e ao exercício da gestão (escolar) como afirmação da plena possibilidade de prática democrática e de realização da existência humana. Portanto, tratar desta temática indubitavelmente traz a escola como instituição impar onde se realiza a gestão escolar como prática pedagógica capaz de fazer o entrecruzamento da formação da consciência social crítica mediante a gestão participativa e democrática que se faça construir o respeito à diversidade, e a igualdade de existir.

GLOBALIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO

Um tema que há muito vem ocupando o centro dos debates dos campos de estudos os mais diversos, é o da globalização, uma vez que seus efeitos se capilarizam por todas as dimensões da vida das sociedades. Não sem perplexidade acompanha-se, através das falas de autores os mais renomados, as análises sobre a onda avassaladora de

seus impactos marcando a realidade dos povos. Nenhuma sociedade tem sido poupada das suas conseqüências que se espraiam em nível planetário. O que faz a diferença é a diversidade com que estas se manifestam, pois uma das características desse processo é a quebra das fronteiras espaço/tempo, fazendo-as assim onipresente e, por isso mesmo, “unificando” as histórias das sociedades quer próximas, quer as mais distantes. Sobre essa diversidade Santos (2002) adverte que o impacto causado nas estruturas e práticas nacionais e locais, se aparentemente monolítico, é de fato, contraditório, desigual e heterogêneo.

Trata-se de um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiros [...] e ao aumento exponencial das desigualdades sociais [...] das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado (p.11).

Todos os países estão sob a regência dessa mesma “coreografia”. Não se pode mobilizar um único fator pAra sintetizar os descontroles, para usar o termo de Giddens (2001), por que passam as realidades hoje, pois esses se dão em todas as dimensões: quer política, econômica, social, religiosa e cultural. Suas reverberações são sinais da época, marcando com seus rastros as sociedades. Só que este processo tem provocado ecos de intensidade distinta, dadas às especificidades das realidades. Apesar das diferenciações, as repercussões têm tido um eixo mais ou menos comum, que é a agudização dos estados de precarização e de privação a que vêm sendo submetidas as populações, ampliando assim o espectro das desigualdades sociais. De acordo com dados da PNAD- 2007, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, o analfabetismo atinge 21 milhões de brasileiros, deste, quase 13 milhões são adultos. Mais do que 2 milhões de crianças entre de 7 e 14 anos estão fora da escola; a mortalidade infantil, embora venha caindo bastante nos últimos dez anos, beira os 30 por mil, quando os números verificados nos países desenvolvidos se aproximam de 5 por mil. A desnutrição infantil também é grave: 15% das crianças menores de cinco anos ainda estão com um peso abaixo da média esperada, quando o valor aceitável deveria ficar entre 2,5 e 3%. Mais de 16 milhões de brasileiros não têm casa; mais de 12 milhões não têm abastecimento de água; mais de 36 milhões não têm coleta de esgoto e 80% de todo o esgoto coletado não é tratado; Mais de oito milhões de brasileiros estão desempregados.

Trata-se de respostas de uma conjuntura caracterizada pela subtração dos direitos maiores da cidadania: o direito à educação básica e profissional que dê acesso a uma ocupação digna e que viabilize a manutenção da vida, o direito a “existência humana, substância da sociedade”; direito à saúde, à alimentação adequada garantindo qualidade de vida para as crianças, jovens e adultos; direito à inserção no mercado de trabalho; direito a participação – princípios básicos que regem a condição humana.

Esta situação não se encontra, no entanto, localizada nesta ou naquela região, neste ou naquele país: seu espaço é maior porque inserido dentro de uma lógica sócio-econômica de negações muito mais amplas, unificando as realidades através das crises gestadas pelos países do norte – estes, o epicentro da economia mundial, em sua interância globalizante.

Na política a expressão mais viva desse processo se localiza no encolhimento dos espaços participativos de gestão, no crescer dos autoritarismos ao estancar as manifestações dos reclamos e demandas, na centralização das decisões, no ultraje/usurpação dos direitos, no aguçamento dos individualismos, onde o coletivo sai de foco, negando o embate, o conflito, caminhos únicos para a reversão de situações de busca de novas “saídas”.

Vale trazer para esta reflexão o impacto provocado pelo desmonte das condições de trabalho. Este processo vai ter suas reverberações sociais nas figurações urbanas como resposta maior no crescer da pauperização e conseqüente desqualificação das condições de vida de seus moradores, expressas no crescer do processo de favelização e da fragmentação dos espaços segmentados referidos por Quiroga (2001) Vêras (1999), entre outros. Conforme anunciamos acima, desassistidos dos serviços mínimos que asseguram dignidade à vida, esses espaços denunciam as desigualdades e privações a que estão expostos os sujeitos. E aqui seu rebatimento político, como bem coloca Santos (2000), ao relacionar a questão do espaço geográfico com a posse da cidadania, ou seja, áreas que desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual resultam em espaços sem cidadãos. Tendo como referência a realidade brasileira, assim o autor se coloca:

” [...] sob a condição de desenraizados, desinseridos do ponto de vista ocupacional, como pensar em cidadãos se não lhes é dada a condição desta se efetivar? [...] “ o resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente” (p.48).

Os efeitos da globalização econômica não se refletem apenas no nível macro da realidade. Eles penetram igualmente de forma perversa o universo mais íntimo das subjetividades através do comprometimento das sociabilidades, nas desvinculações/desinserções provocadas pelo nomadismo ocupacional, no descompromisso com o outro, na falta de afeto, ética e solidariedade.

Os contundentes e pertinentes questionamentos feitos por Bauman (1999), um dos críticos desse processo de globalização ressalta justamente um dos seus impactos maiores: o esgarçamento e a volatibilidade dos vínculos sociais, marcados pela efemeridade das afetividades, pelas novas expressões e rearranjos identitários, pela perseguição cega à satisfação dos desejos, pelo imediatismo dos projetos e ações em suas circunscrições cada vez mais individualizantes. Estes só fazem revelar, denunciar as desconstruções daí decorrentes, reflexos do cenário anunciado a pouco, como também enfatizar a importância de suas repercussões sobre as dimensões subjetivas. Conforme o autor:

“A ação humana não se torna menos errática: é o mundo em que ela tenta inscrever-se e pelo qual procura orientar-se, que parece ter se tornado mais assim. Como pode alguém viver a sua vida como peregrinação se os relicários e os santuários são mudados de um lado para outro, são profanados, tornados sacrossantos, e, depois novamente ímpios no período de tempo mais curto do que levaria a jornada para alcança-los? Como pode alguém investir numa realização a vida inteira, se hoje os valores são obrigados a se desvalorizar e amanhã a se dilatar? Como pode alguém se preparar para a vocação da vida, se habilidades laboriosamente adquiridas se tornam dívidas um dia depois de se tornarem bens, quando profissões e empregos desaparecem sem deixar notícias e as especialidades de ontem são os antolhos de hoje? E como pode fixar e separar um lugar no mundo se todos os direitos adquiridos não os são senão até segunda ordem, quando a cláusula da retirada á vontade está escrito em todo contrato de parceria, - como Anthony Giddens adequadamente expressou - todo relacionamento não é senão um “simples” relacionamento sem compromisso e sem nenhuma obrigação contraída, e não é senão amor “confluyente”, para durar não mais do que a satisfação derivada?” (p.112)

Alargando o terreno das subjetividades, no das relações também, reforçando o pensamento do autor, tudo se banaliza, deixa de ter força, o que é de fato importante, fundamental, passa a ser secundário, fugaz, supérfluo. As reais necessidades se dissipam, perdem “o seu lugar” se deslocando pelo encantamento da miríade de produtos postos pelo circuito da sedução do consumo, como se a eles todos tivessem

acesso. Mas, a realidade não é bem essa. Tal como ela é apresentada, ela é um simulacro, como nos alertou Baudrillard *apud Connor* (2000), na sua percepção em relação a abolição do real, ela "não se dá pela sua destruição violenta, mas por meio da sua assunção, na sua elevação à força do modelo. Antecipação, repressão, transfiguração preventiva etc: o modelo age como esfera da absorção do real" (p.56).

Tal reflexão nos remete mais uma vez aos desafios provocados pela globalização no sentido de impedir o avanço de tal processo destrutivo sobre a realidade e as condições do existir humano. Quando falamos de problemas que vêm marcando a existência dos povos, eles tomam corpo, forma, expressão a partir dessas usurpações que se multiplicam e pervetem os valores: o ter mais do que ser, a aparência mais do que a essência avassala e corrói os projetos e as trajetórias dos sujeitos.

No sentido de atuar na superação dos desafios apresentados, encontramos na educação e na gestão democrática canais que possibilitando uma problematização mais crítica da realidade, traduzidas em "diálogo, envolvimento coletivo" e em práticas sócio-políticas pedagógicas alarguem horizontes de participação e de intervenção, empoderando os sujeitos em suas novas relações nas instituições educativas e na sociedade civil em suas múltiplas expressões.

Para tanto a educação também pertencente aos direitos sociais deverá considerar em seus princípios e ações a reconstrução de culturas, valores e saberes consubstanciadas por elementos críticos do contexto social. Tal discussão servirá de base ao processo de conscientização para buscas de superação do que lhes é negado. A educação de qualidade e a gestão democrática se traduzirão em direitos e vetores do existir humano.

EDUCAÇÃO, GESTÃO ESCOLAR E O DIREITO DE EXISTÊNCIA

Assim, coerente com esta perspectiva reafirmamos o papel da educação e da gestão (escolar) como vetor que municia os sujeitos a estarem intervindo na vida, participando, respondendo aos seus desafios, construindo história e possibilidades de existência. De acordo com Benevides (2001), uma compreensão histórica de direitos humanos traz como eixo principal e óbvio, o reconhecimento do direito à vida, sem o

qual todos os demais direitos perdem o sentido. Agnes Heller (1972) reafirma que “a história não dispõe de nenhuma substância além do homem”. Para ela a essência humana é a realização gradual e contínua das possibilidades de existência. Ora, se recorremos a Marx vamos ver que estas possibilidades estariam ou seriam dadas pelo trabalho, pela sociabilidade, pela universalidade, pela consciência e pela liberdade, ou seja, pela garantia de seus direitos. As alternativas históricas são sempre reais.

Temos várias formas de existência: a existência individualizada e a existência coletiva. O homem traz em si a consciência do “nós”, resguardadas as nossas diferenças. É exatamente essa consciência que mobiliza a integração social, os “quereres”, os “desejos”, as nossas realizações sociais, afetivas, educacionais etc. Mas, por outro lado, não podemos esquecer o nosso antropocentrismo, nosso querer ser o centro de todas as coisas, e, que a nossa concepção é mesmo o da existência. Existir como ser humano (mesmo admitindo que o não humano tenha o direito também de existir). Essa compreensão já nos permite evocar o direito de termos condições iguais de existir assegurado os direitos sociais básicos e dentre eles o direito à educação. A educação e a gestão democrática se apresentam como canais de viabilização do abraçamento dos direitos humanos (do direito à existência).

Uma educação voltada para os direitos humanos nos conduz ao tratamento de questões que envolvam uma gestão também numa perspectiva democrática. Entendemos que a gestão assim pensada possibilite em seu conjunto organizativo o pensar coletivo de ações pedagógicas transformadoras mediante a construção de uma consciência social em torno da realidade que lhes é posta.

Nesse patamar, Pimenta (2005) coloca que a educação, não só retrata e reproduz a sociedade, mas também projeta a sociedade desejada. A autora afirma que: “enquanto prática pedagógica, a educação tem, historicamente, o desafio de responder às demandas que os contextos lhes colocam” (p.13). Por isso as políticas educacionais e a gestão da educação vinculam-se profundamente ao processo civilizatório e humano, acompanhada no entender de Sander (2005), de “discussão sobre suas implicações políticas e pedagógicas”.

A gestão democrática na educação e particularmente na gestão escolar conduz o trabalho do gestor, no pensamento de Oliveira (1998), em defesa da criação de novas formas de organização da escola compatíveis com novas formas de organização do trabalho escolar, que se constituam em alternativas pautadas por laços de solidariedade consubstanciada em formas coletivas de trabalho, “instituindo uma

lógica inovadora no âmbito das relações sociais”. Lück (2005), defende uma gestão participativa pautada numa ampla perspectiva de “descentralização e energização”, num franco fortalecimento da formação de um sujeito crítico consciente de seus direitos e deveres na sua condição de cidadão.

A instituição escolar pode assim ser considerada um dos espaços singulares, distintos de formação e prática de ações relativas ao existir humano, portanto ao exercício efetivo dos direitos humanos. Nessa instituição, caberá aos sujeitos principalmente ao gestor, a construção de um “modelo” de gestão que tenha no projeto político pedagógico participativo o movimento que possibilite a realização de ações e procedimentos educativos transformadores tanto do social como do institucional. É importante que nesta dinâmica se mobilize atores em busca da gestão renovadora e crítica, enfim, que se dê lugar à utopia. Freire (2001) chama a atenção para que nunca percamos a capacidade de sonhar, de inventar, de criar de existir e de ser feliz.

Para Giddens (1994), a escola é uma utopia realizável, defendendo a educação como “política da vida”, portanto, como afirmação de direitos sociais como afirmação de existência. Compreendemos assim a imperiosa necessidade de que o processo educativo resgate em suas práticas de gestão, valores culturais e éticos assimilando-os aos processos de ensino e aprendizagem. Essa gestão assim entendida é uma forma de contribuir para que na escola a realidade seja coletivamente reconstruída refletindo e dialogando com saberes existentes, formação assim um ser humano que vai atuar no contexto social que se pretende transformar, pautados na solidariedade, ética e reconhecimento ao outro.

PENSANDO EM CONCLUIR - GESTÃO ESCOLAR, CONDIÇÕES DE TRABALHO: PRÁTICAS E DIREITOS QUE SE ENTRECruzAM

Cruzando com as condições de trabalho postas pelo processo de globalização e os desafios da existência humana diante do quadro contraditório e excludente que vivenciamos, podemos encontrar na educação e na gestão escolar elementos para transpor e acompanhar os desafios do contexto atual. Muitos educadores formulam

críticas ao modelo de formação que recebem e as condições em que desempenham as suas atividades pedagógicas: muitas vezes o que recebem, não corresponde às exigências e aos desafios da sociedade contemporânea demarcada por radicais transformações no setor produtivo e as diversas dinâmicas de precarização das condições de trabalho vivenciadas também pelos docentes, que cada vez expressam os impactos dessa nova realidade na sua própria condição de existência. Em estudo realizado por Mancebo (2005), o cotidiano dos espaços de ensino tem sido marcado [...] por contratações temporárias de professores, aumentando o sofrimento subjetivo, neutralizando a mobilização coletiva e aprofundando o individualismo, atingindo, obviamente, no nosso entendimento, os direitos sociais e de existência.

Vale ressaltar que é consensual a crença na educação como mola propulsora de construção de um novo patamar de formação, pensamento e integração em função de necessidades e demandas de caráter coletivo para fazer face ao ritmo de concorrência e competitividade estimulado por esta onda de transformações. A educação “aquí entendida com prática social construída historicamente” se move dentro de sua dinâmica contraditória instigando-nos constantemente a reconstruir o saber para transpor e acompanhar as diversidades e desigualdades advindas do cenário atual. E a escola, nas palavras de Weber (2000) “como lugar de ensino, de aprendizagem, de organização do pensamento, de acesso à cultura, de incorporação de conteúdos básicos, de desenvolvimento de habilidades e de competências, enfim, de socialização das novas gerações” (p.13). A gestão democrática da escola, os atores sociais, gestores, professores, pais, alunos etc, são considerados sujeitos ativos do processo, cuja participação no processo organizativo e pedagógico deve acontecer de forma coletivamente pensada, com ética e responsabilidade.

Neste sentido, fazemos nossa a reflexão de Benevides (2001) sobre Educação em Direitos Humanos ao salientar o papel de uma educação necessariamente voltada para a mudança, para uma inculcação de valores, atingindo corações e mentes, e não apenas para a mera transmissão de conhecimentos. Significa dizer, educar o ser humano para que lhe seja assegurado a possibilidade do seu direito de existência – no mundo igualmente diferente. Para que esta educação se concretize, há de se considerar ações que levem em conta a participação democrática, práticas valorativas da diversidade, das diferenças existentes na sociedade, no contexto educacional e escolar. Dentro dessa configuração se situariam: políticas de acesso e permanência do aluno na escola, através da utilização de metodologias e conteúdos adequados a sua realidade situacional, o

incessante zelo pelo ensino de qualidade, e práticas sistemáticas e contínuas de avaliação que contribuam para uma aprendizagem duradoura e para o desenvolvimento de autonomia intelectual de alunos e professores (VILLAS BOAS, 2006).

Em sua obra basilar *Pedagogia Histórico-Crítica*, Saviani (2005) argumenta a educação como um ato singular de produção não somente do indivíduo como da humanidade, uma vez que esta é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens – campo norteador de práticas de formação do educador. Carece destacar nesta convergência de ações inclusivas, políticas de educação continuada observando a associação teoria e prática e aproveitamento da formação e experiências anteriores (LDB, 9394/1996), bem como a preparação do indivíduo para cobrar, saber dos direitos e deveres, sobretudo saber reivindicá-los. Como diz Telles (2001), o direito de ter direito. Não se cobra o que não se sabe, não se conhece, portanto, não se sente falta. Assim, essas seriam formas de assegurar vivência dos hábitos e dos princípios de justiça e solidariedade inerentes aos direitos dos cidadãos, potencializando condições de igualdade e existência que poderão ser propiciados pelas instituições educacionais.

Fechando nossas reflexões gostaríamos de insistir na necessária dimensão crítica e ampla da educação e da sociedade; da dimensão participativa da gestão escolar como afirmação do respeito ao outro, do direito de igualdade, de felicidade e do existir cidadão. Por fim, que essa educação aguace também o sentido da responsabilidade coletiva tanto com a sobrevivência, com a nossa convivência - questões plenas de direitos e práticas que se entrecruzam.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Jorge Zahar, 1999.
- BENEVIDES, Maria Victória. “Educação em Direitos Humanos: de que se trata?”. In LEITE, Raquel Lazzari Barbosa; CATANI, Denice Bárbara. *Formação de Educadores-desafios e perspectivas*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2001.

- BRASIL. Lei 9394/96 de 20.12.96 - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília (DF): Diário Oficial da União, nº 248 de 23.12.96.
- CONNOR, Steven. *Cultura Pós-moderna*. São Paulo: Loyola. 2000.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: UNESP, 2001.
- GIDDENS, Anthony. *O mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora, 1994.
- HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- QUIROGA, Ana Maria. *Integração Social na Cidade*. Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: URBAL. 2001.
- SAVIANI, Dermerval. *Pedagogia Histórico-Crítica*. 9ª ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2005.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record. 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Globalização e as Ciências Sociais*. 2ª.ed. São Paulo: Cortez. 2002.
- TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: USP, 2001.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. *Territorialidade e cidadania em tempos globais: imigrantes em São Paulo*. Caderno Metrópole Educ FAPESP, São Paulo, v. 2, 1999.
- VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. "Avaliação formativa e formação de professores: ainda um desafio." Linhas Críticas. Brasília, DF:UNB. V.12. nº22. 2006.